



PAD N.º 5539/2019

DECISÃO

Cuida-se de impugnação ao edital n.º18/2019, apresentada pela empresa PONTAL SERVIÇOS EM COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA, conforme documento n.º 99272/2019.

A impugnante alega, em suma, que houve restrição de competição e participação de pequenas e médias empresas no instrumento convocatório, ferindo diretamente o princípio da isonomia, devido à exigência de comprovação da conexão direta e homologada com as operadoras atuantes em todo território nacional para o serviço de SMS do tipo *Short Code*, na qualificação técnica, no item 10.1.7, letra “b” do edital.

Em documento n.º 100300/2019, a Coordenadoria de Serviços Administrativos (COSAD) manifestou-se pelo não provimento da impugnação manejada pela supracitada empresa, alegando:

Por fim, pelo quanto exposto acima e consideradas as alegações da licitante, entendemos que para garantir entrega segura das mensagens aos usuários bem como atribuir segurança a todo o processo, inclusive eventuais implicações legais para este Tribunal, entendemos ser fundamental a exigência de conexão direta e homologada com as operadoras móveis brasileiras, ou pelo menos com integradores a elas conectados.

O pregoeiro designado para condução da licitação, após a manifestação da área técnica, e diante da especificidade do serviço, submeteu a impugnação à apreciação superior, em documento n.º 100594/2019.

Em consonância com os argumentos esposados pela COSAD, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos acostou manifestação, em Parecer de n.º 369/2019, documento n.º 102073/2019:

11. Vê-se, assim, que pela análise da área solicitante a conexão direta e homologada com todas as operadoras atuantes no país é de extrema importância para a regular prestação dos serviços, inclusive a fim de afastar eventual risco na contratação de empresas que possam ser compelidas a interromper a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
ASSESSORIA ESPECIAL DA DIRETORIA-GERAL

prestação de serviço SMS, justamente pela ausência do vínculo que se assemelha a uma autorização.

11.1 Neste ponto, em breve pesquisa realizada em sítios de operadoras de telefonia vimos referência ao combate à pirataria, no tocante aos serviços em tela (serviços SMS), como a que se vê no doc. nº 102012/2019, por nós anexado (extraído do sítio da operadora TIM).

11.2 Note-se que não estamos afirmando, de modo algum, que a forma proposta pela Impugnante levaria à contratação irregular. Queremos ressaltar, apenas, o correto zelo da Administração na tentativa de afastar eventual situação embaraçosa que seria causada por força de ajuste celebrado com empresa que atue de modo precário.

11.3 Queremos ainda dizer, nesta linha de raciocínio, que a exigência é efetivamente restritiva, porém necessária, não contrariando, portanto, os normativos acima transcritos.

12. Sendo assim, à vista da legislação de regência e com base no quanto afirmado pela área solicitante, que defende a manutenção da exigência por questões de segurança e regularidade na prestação do serviço de envio de mensagens curtas de texto – SMS (“Short Message Service”) para usuários de telefonia móvel (serviço móvel pessoal e serviço móvel especializado), compreendendo gerenciamento, transmissão de mensagens de texto para celulares e suporte técnico, com fornecimento de plataforma de gestão de mensagens, a fim de atender às demandas associadas ao cadastramento biométrico de eleitores, opinamos pelo não acolhimento da impugnação apresentada pela empresa PONTAL SERVIÇOS EM COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA, mantendo-se a condição do edital nos exatos termos em que foi expedida pela Administração.

12.1. Nesta linha, vale ressaltar que a documentação a ser apresentada no certame não deve destoar do quanto expressamente indicada no edital.

Lastreado no predito Parecer da ASJUR1, o qual acolho e adoto como razão de decidir, e com base nas atribuições do art. 131, da Resolução Administrativa 05/2019, **conheço da presente impugnação e, no mérito, nego-lhe provimento.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
ASSESSORIA ESPECIAL DA DIRETORIA-GERAL

Ao Pregoeiro ARTHUR RIBEIRO ROCHA (COMISS60), para as providências devidas, inclusive notificar a impugnante da decisão proferida, prosseguindo-se ao andamento do procedimento licitatório e atentando-se para o item 12 do mencionado opinativo.

Em 22.05.2019

RAIMUNDO VIEIRA
Diretor-Geral